

LEITURA DINÂMICA

Depois de 18 meses sem pagar os juros da dívida externa, o Brasil deve anunciar hoje, nos EUA, que vai retomar os pagamentos. Essa decisão é parte da estratégia do governo para romper o impasse em que se encontram as negociações com os bancos credores. Na página seguinte,

as idéias da equipe econômica para tornar mais moderno e menos protecionista o II Plano Nacional de Informática, que será discutido na reunião do Conin marcada para amanhã. Na 11, a criatividade da Hatsuta, que vem superando suas crises com produtos inventivos e baratos. Nas pági-

nas 12 e 13, os exportadores comemoram a volta dos incentivos às vendas externas, que, segundo eles, ajudará as empresas a superar a recessão. Na 14, o tributarista Fernando Rezende fala sobre as distorções da política fiscal do País, onde os pobres pagam mais impostos que os ricos.

Brasil pode acabar com a moratória hoje

A moratória dos juros correntes da dívida externa, que dura 18 meses, já tem data marcada para acabar. O negociador da dívida, embaixador Jório Dauter, deve anunciar hoje, em Nova York, aos representantes dos bancos credores, que o Brasil retoma em janeiro o pagamento dos juros, ao mesmo tempo que deverá apresentar nova proposta de negociação. Com esse gesto de boa vontade, o governo espera derrubar resistências que estão emperrando as negociações da dívida externa.

O montante a ser pago pelos juros correntes só serão revelados hoje, mas pode não ser muito diferente da última proposta apresentada pelo governo, quando o País se mostrou disposto a pagar 25% dos juros correntes, o que equivale a cerca de US\$ 100 milhões por mês. "A

o país conseguiu manter abertas as fontes de financiamento oficiais e a boa disposição política da comunidade financeira internacional. Já o Brasil, que preferiu o caminho de uma solução definitiva para então retomar os pagamentos, está sujeito a um virtual boicote de credores oficiais e privados que, caso continue, pode até colocar em risco o plano de estabilização.

Já na questão do pagamento dos juros em atraso, que somam US\$ 8 bilhões, não deverá haver alterações substantivas na proposta do governo. Deverá prevalecer o condicionamento do pagamento de 15% do total devido à aceitação, pelos bancos, de alguns princípios gerais que regeriam um acordo amplo sobre o estoque de cerca de US\$ 50 bilhões da dívida de médio e longo prazo aos bancos. Essa

Unidos, Richard Melton. Ela informou ao representante americano que a proposta a ser apresentada é o máximo que o País pode fazer, neste momento, para honrar suas obrigações externas.

Boa vontade

"Essa proposta de pagar pelo menos um pouco para os credores, típica de um país concorda-

tário interna e externamente, pode ajudar a melhorar as negociações com os bancos, já que há uma demonstração de boa vontade do governo brasileiro", comenta Roberto Macedo. É justamente com isso que o governo estará jogando para diminuir resistências que levaram ao impasse com os credores, após dois meses de negociação. Segundo fontes ligadas à ministra, a sua expectativa é de

que a retomada do pagamento dos juros seja interpretada como um passo positivo para o entendimento.

Com isso, o governo também estará criando um fato político, à medida que tornará mais difícil a crítica por parte dos credores, já que estarão recebendo dinheiro do País e terão a opção de patrimônios em troca de ativos que hoje não lhes rendem nada. No entanto, um dos argu-

mentos que podem ser utilizados pelos bancos credores para a proposta, considerada como uma variante do que foi adotado pela Argentina, é de que a situação do governo Menem, em maio, não seja comparável com o momento atual do governo Collor. A Argentina tinha menos de US\$ 1 bilhão de divisas quando retomou o pagamento, enquanto o Brasil dispõe hoje de reservas de US\$ 8 bilhões.



Zélia espera que a retomada do pagamento dos juros seja encarada como um sinal positivo nas negociações

Argentina está fazendo a mesma coisa e está se saindo bem", comenta o economista Roberto Macedo. Depois de uma moratória de dois anos a Argentina retomou em maio o pagamento de 10% a 15% da conta total de juros do país, o que equivaleria a US\$ 40 milhões mensais.

Solução argentina

Em dois anos de moratória a Argentina acumulou um total de US\$ 5,5 bilhões em juros atrasados. Mas ao retomar o pagamento, mesmo considerado insatisfatório pelos credores,

proposta já havia sido recusada pelos credores, que insistiram no pagamento incondicional de 30% dos atrasados.

Na nova proposta, haverá uma opção adicional para os credores, conforme anúncio oficial feito na sexta-feira passada. O governo se dispõe a trocar ao par por novos títulos da dívida tanto os juros atrasados como o principal. Esses títulos, por sua vez, poderão ser usados nas aquisições de empresas estatais. Na quinta-feira da semana passada a ministra Zélia Cardoso de Mello expôs a nova posição ao embaixador dos Estados